Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

| | |
|---|---|
| Expeça - se | |
| Publique - se | |
| 2022-11-25 | |
| O Secretário da Mesa | |
| Lina Lopes (Assinatura Qualificada) | Digitally signed by Lina Lopes (Assinatura Qualificada) Date: 2022.11.25 11:52:56 +00:00 Reason: Location: |

☐ **REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

☒ **PERGUNTA** Número 901 / XV ( 1 .ª)

Assunto: Abate de centenas de sobreiros no Monte de Santa Catarina, Vila Nova de Famalicão

Destinatário: Ministro do Ambiente e Ação Climática

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento do abate de centenas de árvores, muitas delas espécies a proteger como sobreiros e carvalhos alvarinhos, estão a ser abatidas sem qualquer controle e sem gestão cuidada, para que possa ser construída uma Central Fotovoltaica no monte de Santa Catarina nas freguesias de Vilarinho das Cambas e Outiz, no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Segundo a imprensa, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão está a escusar-se a qualquer responsabilidade com o argumento de que se\ trata de um terreno privado e que quando o projeto deu entrada já estava autorizado pelo Instituto de Conservação da Natureza e Floresta (ICNF) e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). A gestão de uma autarquia deve-se pautar por princípios de defesa dos interesses dos munícipes, pela salvaguarda do espaço ambiental e pela preservação dos recursos naturais.

Esta intervenção, que podemos apelidar de atentado ambiental, numa área de superfície de 80 hectares, transformará o solo numa total falta de coberto vegetal ao qual se retira a exposição solar direta. Aliás, tal facto já se observa no terreno com o solo totalmente revolto, marcado por crateras em resultado do arranque das raízes. Está em curso a transformação de um espaço aprazível, numa área sensível e de lazer para as populações, como uma espécie de miradouro de contemplação natural e ponto atrativo de caminhadas, num território despido de vegetação e sujeito à lixiviação dos solos numa escorrência permanente da água que pode levar a fortes enxurradas nas vertentes expostas à linha de costa.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda reafirma que não está em questão a central fotovoltaica como meio de produção energética, mas sim o que acarreta de prejuízo ambiental. Qualquer intervenção nesta área tem de ser cuidadosamente gerida, porque estamos perante um terreno de características únicas que funciona como equilíbrio de vários ecossistemas na área envolvente.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o*

*Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Ministro do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. O Governo tem conhecimento da situação exposta?
2. Foi efetuado o estudo de impacte ambiental? Se sim, quais as suas conclusões?
3. Qual é área efetiva da central fotovoltaica de Vilarinho das Cambas e Outiz?
4. Tem o Governo conhecimento da existência de licenciamento municipal para movimentação de terras?
5. Foi efetuado algum estudo sobre as medidas de compensação ambiental em função dos danos causados pelo projeto?
6. Foram efetuadas consultas públicas sobre este projeto?
7. Qual foi o parecer do ICNF e da APA?
8. O processo de licenciamento inclui a inventariação das espécies que existiam na área, com a devida localização em planta?
9. Houve algum estudo geológico, para avaliar a estabilidade da encosta onde ocorrem os trabalhos?
10. Tem o Governo conhecimento de outros projetos de centrais fotovoltaicas previstos para o concelho de Vila Nova de Famalicão?

Palácio de São Bento, 22 de novembro de 2022

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.